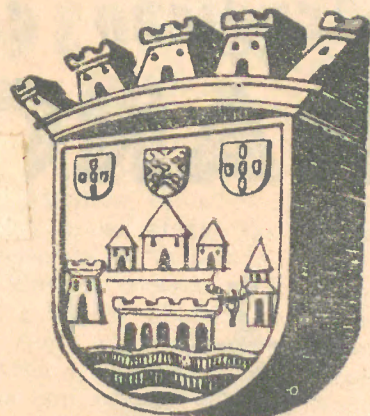


Jornal de Barcelos

A Biblioteca Municipal

BARCELOS

Católico e Regionalista



Proprietário:
Nunes de Oliveira

Director e Editor:
Ilídio Joaquim Nunes de Oliveira (Dr.)

Redacção e Administração:
Luís Pinto Brochado Monteiro Pedras

Composição e Impressão: EDITORA POVEIRA — Póvoa de Varzim

Telefone: Viatodos — 96167

Rua Dr. Manuel Pais, 4 — Telefone 82485 — BARCELOS

I Colóquio de Turismo e Termalismo do Norte

Conforme anunciamos, realizou-se de 2 a 5 do corrente o I Colóquio de Turismo e Termalismo do Norte, no qual se inscreveram cerca de 250 participantes.

A sessão de abertura efectuou-se no Teatro Sá de Miranda, em Viana do Castelo, presidida pelo Chefe daquele Distrito, Dr. Araújo Novo, e de encerramento, na Sala de Plenários da Biblioteca Pública, em Braga, presidida pelo Secretário de Estado da Informação e Turismo, Dr. César Moreira Baptista.

Durante os quatro dias do Colóquio, realizaram-se diversas sessões de trabalho e actos de confraternização, quer nas cidades acima referidas quer no Porto, Póvoa de Varzim e Guimarães.

Inserimos a seguir as conclusões que o Secretário Geral anunciou na sessão de encerramento e transcrevemos o trabalho apresentado pelo Dr. Mário Queirós, distinto médico desta cidade e director clínico das Termas do Eirogo.

Procuraremos ainda transcrever, oportunamente, outros trabalhos apresentados.

Conclusões do Secretário Geral

locais onde o turismo nacional e internacional assim o aconselhar.

3— Aproveitar castelos, solares e edifícios de traça arquitectónica de real valor de que o Norte é tão rico, para fins turísticos.

4— Simplificar as formalidades de licenciamento de circuitos e excursões com atravessamento da fronteira.

5— Na atribuição de novos circuitos deve ser dada preferência aos Agentes de Viagens que operam na região, procedendo-se à simplificação das formalidades indispensáveis à sua concessão.

Recomenda-se, ainda, a revisão das disposições legais que impedem que os utentes dos circuitos os possam tomar em diversos locais de origem.

6— Devem as barragens permanecer abertas todo o ano à pesca desportiva de ciprinídeos e achigãs.

II — TERMALISMO

1— Reconhecendo-se que as estâncias termais desempenham um papel fundamental na captação de correntes turísticas para a região do Norte, todas as medidas de política turística que vierem a adoptar-se, devem tê-las em consideração.

2— As entidades responsáveis pelo desenvolvimento termal, devem eleger as estâncias termais que possuam já o equipamento médico-turístico mínimo para suportar o afluxo de novas correntes turísticas, dotá-las com o equipamento urba-



DR. CÉSAR MOREIRA BAPTISTA
Secretário de Estado da Informação e Turismo

nístico indispensável e conceder-lhes incentivos válidos para o seu reequipamento turístico urgente.

3— A fim de aproveitar um melhor aproveitamento económico do equipamento médico-turístico das termas, torna-se indispensável um alargamento da estação termal mediante a criação de novos atractivos turísticos, como, por exemplo, campos de golfe e centros de caça e pesca, adoptando medidas que permitam o seu incremento junto dos principais centros termais.

4— Promover amplamente a divulgação das termas não apenas como estâncias de cura, mas também como importantes centros turísticos.

III — DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL

1— O Turismo é uma actividade económica de fundamental importância no quadro da economia nacional, com directa e enorme in-

(Continua na 4.ª página.)

Dr. Octávio Edgar Silva Ferreira

Regressou de França este distinto médico, onde permaneceu durante uns anos, num curso de especialização, tendo obtido o título de «Assistente Estrangeiro da Faculdade de Medicina de Paris».

No passado dia 27 de Junho, foi aprovado com mérito, pela Ordem dos Médicos do Porto, na especialidade de Cardiologia.

Dados os seus dotes de inteligência, muito há a esperar da sua acção profissional.

Felicitações o Sr. Dr. Octávio, sua Esposa, sogra D. Joaquina da Costa Cardoso, professora oficial da Ireguesia de Remelhe e seu tio sr. Abílio Novais Cardoso, importante industrial em Matosinhos.

(Continua na 2.ª página)

OS HOTEIS DA METRÓPOLE

precisam da mão de obra do Ultramar

Não é novidade para ninguém a ausência de mão de obra que se verifica em todas as terras do País. A falta de braços começou a observar-se primeiro nos campos. Havia muitas terras que eram deixadas ao abandono por não haver alguém que as amanhasse. Verifica-se no entanto que hoje em dia a carência de pessoal obreiro ultrapassou a simples dimensão agrária. Constitui um problema nacional a todos os níveis. Os jornais espelham diariamente essa carência: são alfaiates, são trolhas, carpinteiros, mecânicos, constantemente reclamados na secção «Precisam-se».

As causas estão à vista. Por um lado existe a hemorragia demográfica veiculada no sentido de França, Alemanha e outros países industrializados. Verifica-se, outrossim, um surto tecnológico no nosso País o que leva uma grande parte da mão de obra a fixar-se em profissões mais estáveis. Se a estes factores já de si competitivos, acrescentarmos a nossa situação militar que ocupa efectivamente durante um tempo mínimo de quatro anos a quase totalidade da nossa juventude masculina, e ainda o crescente aumento do profissionalismo no futebol, temos assim explicada a perturbante falta de braços que hoje aflige grande número de empresários portugueses, entendendo-se por tal todos os indivíduos que realizam tarefas com pessoal contratado.

Na indústria hoteleira o fenómeno é verificável com a mesma preocupação já assinalada noutros sectores. E sê-lo-á com crescente acuidade à medida que se forem criando novas unidades de turismo. Felizmente que se assinalam aqui e além escolas de hotelaria, mas estamos em crer que o pessoal preparado não satisfará cabalmente todas as necessidades advenientes da grande procura de que o nosso País começa a ser alvo por parte dos estrangeiros.

Tal lacuna e o facto de já termos visto com geral agrado pessoal de cor utilizado nas tarefas de âmbito turístico, leva-nos a perguntar, ou melhor, a sugerir o emprego de mão de obra africana nos hotéis e outras empresas da metrópole. A nação portuguesa constitui uma realidade multi-racial que é uma consequência directa do seu fracionamento geográfico. Este condicionamento peculiar não exclui a existência de um sentimento unitário que informa tanto o homem do Minho como o distante timorense. Ora, o amor pátrio, sendo um fenómeno emotivo que a certa altura da evolução do homem constitui um dos ingredientes da sua vida psíquica, necessita ser aperfeiçoado, alimentado e exaltado. Cremos que um dos factores de desenvolvimento do patriotismo exige um perfeito conhecimento da realidade nacional que se dimensiona nas coordenadas geográficas e históricas. O conhecimento histórico aprende-se nas escolas, pois um dos objectivos

do programa oficial da disciplina de História é precisamente o de revitalizar no exemplo dos antepassados a chama do amor pátrio. A realidade geográfica, essa aprende-se através de viagens, permutas de locais de trabalho que no caso singular do território português deve assentar numa ampla e favorecida política de transportes. Esta política, ou seja, a abertura de comunicações entre todo o espaço geográfico português e a correspondente promoção de movimentos demográficos, foi já realizada por colonialistas insígnis tais como Sá da Bandeira, Andrade Corvo, António Enes e Norton de Matos. Não pode negar-se que a política do Estado Novo tenha decorrido sob o mesmo signo colonizador, com alternativas e cambiantes decorrentes de certos condicionamentos e de certas implicações de momento. Mas parecem-nos chegada a hora de fazer mais do que aquilo que já outros iniciaram. A abertura do espaço económico e social português deve processar-se em todos os sentidos. Até aqui Angola e Moçambique tem-nos fornecido bons futebolistas que facilmente se adaptaram à vida da Metrópole. Mas o futebol é só um entretenimento, uma exigência social da civilização contemporânea. Faltam-nos técnicos, faltam-nos operários, falta mão de obra para a indústria hoteleira. Pois procuremo-la em Moçambique, procuremo-la em Angola, procuremo-la na Madeira e demos assim ao mundo uma lição inequívoca do admirável ecumenismo português.

Armando Saraiva

Prof. Isaiás Augusto Pereira Machado

Foi empossado, há dias, como Adjunto do Director Escolar de Braga, o professor Isaiás Machado, que exercia o ensino primário na Escola da Sé, da cidade de Braga. Aí se distinguira, deixando trabalho docente digno de elevado apreço.

Viu, assim, com justiça, reconhecido o seu mérito e valor.

Na sua posse, realizada em cerimónia simples e íntima, foi alvo de manifestações várias, todas realçando suas altas qualidades de professor educador.

Estamos certos continuará a dar frutos da sua longa experiência e saber em benefício do engrandecimento do ensino, o qual tanto precisa de homens conscientes, bem formados e com vontade de cumprir.

Aliás, sucede ao Sr. prof. Silvério Caridade, nomeado Inspector do Ensino Primário, que sempre prestou o referido lugar.

Jornal de Barcelos felicita o bom amigo prof. Isaiás Machado, pela promoção a que teve jus.

A política dos preços no ARTESANATO

III A influência do Comércio na vida industrial

A indústria é a grande alavanca do progresso e da civilização. Mas que seria ela sem a colaboração do Comércio?

«Fabricar, é desenvolver os meios de acção de que um país pode dispor para fomentar o seu desenvolvimento e para alcançar bens de valimento e prosperidade. A fábrica e a oficina são uma escola onde se aprende a viver socialmente e onde se cria o bem estar da vida». Mas a família do industrial não se reduz à parentela nem mesmo acrescida pelos operários que produzem os artefactos. Esta família estende-se ainda pelos seus colaboradores, por aqueles que levam esses mesmos artefactos a todos os mercados trocando-os pela moeda de que o industrial necessita.

De qualquer maneira que encaremos a indústria, por qualquer

prisma que olhemos o industrial, nunca os poderes isolar do comércio e do comerciante porque a indústria não poderia prosperar sem a colaboração do comércio. Indústria e comércio, são, pois, duas alavancas da civilização dos povos que se não podem dissociar. Pelo contrário, têm necessidade de caminhar de mãos dadas em boa harmonia e perfeita colaboração para bem comum e da sociedade em geral. A indústria produz e o comércio fomenta essa produção espalhando-a por toda a parte.

Todo o fabricante, ao estabelecer os preços dos seus produtos, tem de ter em conta a margem necessária para o comerciante. Porém, é preciso que os vendedores não sejam mais que os estritamente necessários à expansão da produção. A indústria tem de montar a sua rede comercial de maneira que os seus produtos cheguem a toda a parte, mas que entre os vendedores não possa haver concorrência desleal nem estes provoquem inflação no mercado. É necessário evitar a

